



1964: Golpe de classe e a consolidação do imperialismo no Brasil

Fabício André Zanghelini¹
Olinto Silveira Alves Filho²

Resumo

O objetivo deste artigo é demonstrar a interferência do imperialismo estadunidense, organicamente imbricado com suas empresas multinacionais, na deposição do Presidente João Goulart. Para isto, a problemática central busca traduzir as ingerências externas que ocorreram na ordem político-econômica brasileira no período do governo de Goulart até a consolidação do golpe civil-militar, em 1964. Estes acontecimentos, vistos pela concepção do capital monopolista internacional e associado, demonstram o quanto os interesses específicos dos países centrais se colocam na consolidação do desenvolvimento dependente brasileiro. Assim sendo, a perspectiva histórico-estrutural comprova que o subdesenvolvimento é justamente produto das relações político-econômicas do País com o capital monopolista internacional e associado. Diante disso, busca-se ainda evidenciar que tentativas de pactos de classe são insuficientes, mesmo diante de conflitos entre a burguesia industrial, as oligarquias agrário-latifundiárias e a burguesia internacional, pois, em última análise, prevalece, de modo bastante efetivo, uma pura unidade de classe que reage radicalmente, inclusive com golpes de Estado, para impedir qualquer ascensão das classes populares. Conclui-se, portanto, que qualquer estratégia que envolva unidade das classes subalternas com as classes burguesas é ilusória, em razão que a luta contra a lógica do capital é somente possível através da noção da luta de classes.

Palavras-chave: Imperialismo, João Goulart, Golpe civil-militar.

1964: Golpe de clase y la consolidación del imperialismo en Brasil

Resumen

El objetivo de este artículo es demostrar la interferencia del imperialismo estadounidense, orgánicamente imbricado con sus empresas multinacionales, en la deposición del Presidente João Goulart. Para ello, la problemática central busca traducir las injerencias externas que ocurrieron en el orden político-económico brasileño en el período del gobierno de Goulart hasta la consolidación del golpe civil-militar, en 1964. Estos acontecimientos, vistos por la concepción del capital monopolista internacional y asociado, demuestran cuánto los intereses específicos de los países centrales se plantean en la consolidación del desarrollo dependiente

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe. Trabalha com teoria marxista com ênfase na Teoria Marxista da Dependência e mercado de trabalho brasileiro. E-mail: fabriciozanghelini@gmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em Ciências Econômicas pela UEFS, Mestre em Economia do Trabalho pela UFBA e Doutor em Sociologia pela UFS. E-mail: olinthoss@gmail.com

brasileño. Así, la perspectiva histórico-estructural comprueba que el subdesarrollo es justamente producto de las relaciones político-económicas del país con el capital monopolista internacional y asociado. En este sentido, se busca aún evidenciar que intentos de pactos de clase son insuficientes, incluso ante conflictos entre la burguesía industrial, las oligarquías agrario-latifundistas y la burguesía internacional, pues, en última instancia, prevalece, de modo bastante efectivo, pura unidad de clase que reacciona radicalmente, incluso con golpes de Estado, para impedir cualquier ascenso de las clases populares. Se concluye, por lo tanto, que cualquier estrategia que involucra unidad de las clases subalternas con las clases burguesas es ilusoria, en razón que la lucha contra la lógica del capital es solamente posible a través de la noción de la lucha de clases.

Palabras clave: Imperialismo, João Goulart, Golpe civil-militar.

1964: Class coup and the consolidation of imperialism in Brazil

Summary

The purpose of this article is to demonstrate the interference of American imperialism, organically intertwined with its multinational companies, in the deposition of President João Goulart. Therefore, the main issue seeks to translate the external interference that occurred in the Brazilian political-economic order in the period of Goulart's government until the consolidation of the civil-military coup in 1964. These events, seen by the conception of international and associated monopoly capital, demonstrate how much the specific interests of the central countries are placed in the consolidation of the Brazilian dependent development. Thus, the historical-structural perspective proves the underdevelopment is precisely the product of the country's political-economic relations with international and associated monopoly capital. Therefore, it seeks yet to point out that the attempts of class pacts are insufficient even in the face of conflicts between the industrial bourgeoisie, the agrarian-latifundian oligarchies and the international bourgeoisie, because, in the edge of the analysis, remains in a very effective way, a pure class unity that reacts radically, even with coups of State, to prevent any rise of the popular classes. It is concluded, therefore, that any strategy involving unity of the subaltern classes with the bourgeois classes is illusory, inasmuch as the struggle against the logic of capital is only possible through the notion of class struggle.

Key-words: Imperialism, João Goulart, Civil-military coup.

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar que a dominação do Estado brasileiro ocorreu através de golpes de classe, dos quais se deram sob o julgo das forças imperiais vinculadas à união do capital financeiro monopolista doméstico e anglo-americano, por meio da formação de cartéis transnacionais, e, por seu turno, foram coadjuvados por diversos agentes locais (militares, políticos, jornalistas etc.).

Ademais, essa estruturação também contou com a articulação dos núcleos de ação político-ideológica, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasilei-

ro de Ação Democrática (IBAD). De maneira que, a partir de 1960, esses órgãos penetraram largamente na vida dos sindicatos e do campesinato, na imprensa e nas agências de publicidade e aliciaram empresários, deputados e senadores (BANDEIRA, 1978).

Em torno deste contexto, portanto, deu-se, em 1964, o golpe, de caráter civil-militar, que depôs o Presidente João Goulart e estabeleceu as condições políticas necessárias para impor definitivamente as relações de subordinação do País ao capital estrangeiro (SANTOS, 1995). Isto é, firmou-se, após uma ruptura democrática, um novo modelo de dominação e de acumulação capitalista no Brasil.

Pode-se verificar, inicialmente, que o programa de governo de Goulart significava uma forte ameaça aos interesses imperialistas, já que esse representava um projeto desenvolvimentista com perspectiva nacionalista e reformista que almejava, entre outras coisas, solucionar o problema agrário nacional e revisar o trato do País com as empresas multinacionais. No geral, o Governo buscava estabelecer uma série de diretrizes para efetuar as reformas de base, cujo intuito referia-se à busca da superação dos obstáculos econômicos, políticos e sociais.

Decerto, pela primeira vez na história brasileira, ocorria que a política principiava reparar certas injustiças de classe, assim sendo, os trabalhadores do campo e da cidade passaram a apresentar protagonismo social e influência nas decisões do Governo Federal. A própria questão da reforma agrária, que vinha ganhando forças desde a época do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), firmou-se no topo da agenda política brasileira e deixava de ser um tema de debate entre especialistas e se convertia em um dos fatores mais importantes da luta popular brasileira (MARINI, 2012).

À vista disso, no entanto, engendrou-se um forte conflito de interesses no País, com o qual culminou em uma orgânica crise e empurrou as forças sociais para seus respectivos leitos de classe. Assim, a burguesia brasileira engajada na oposição, retirava qualquer apoio a Goulart e à pretensão de desenvolvimento capitalista autônomo, aliando-se gradualmente aos interesses imperialistas.

No plano internacional, o capital financeiro e monopolista vinha determinando o comportamento do Presidente John Kennedy contra Goulart. Contudo, ainda que já houvesse essa forte movimentação, foi em 1963, após o assassinato de Kennedy e da posse de Lyndon Johnson, que o governo estadunidense refreou a “Aliança para o Progresso” – que pretendia estabelecer modificações nas estruturas sociais dos Estados “atrasados” da América e, desse modo, impedir o aparecimento de movimentos revolucionários – para priorizar de vez a adoção

de regimes ditatoriais locais sob o lema “desenvolvimento e segurança” (MUNTEAL; VENTAPANE, 2006).

Em outras palavras, mesmo que a hipótese de golpe de Estado estivesse presente por todo tempo na campanha de desestabilização iniciada por Kennedy, foi no final de 1963 que ocorreu a interferência concreta dos EUA – inclusive com a ousada e sem precedente tarefa denominada de “Operação Brother Sam”.

Observa-se, assim, que as razões principais para o Golpe vieram da burguesia industrial e mercantil sob o comando do imperialismo multinacional que não podiam tolerar nenhum governo de corte social-democrático que favorecesse a valorização da força de trabalho (BANDEIRA, 1997). Somado a esse ponto, também havia a intenção de impedir que Leonel Brizola assumisse a Presidência da República no ano seguinte (1965), visto que Brizola já havia evidenciado seu projeto de desenvolvimento autônomo com a encampação das empresas estadunidenses de telecomunicação e de energia elétrica, cujas concessões estavam vencidas, no Rio Grande do Sul, e, certamente, intensificaria as demais políticas de diretrizes trabalhistas e antiimperialistas no Governo Federal (VASCONCELLOS, 2008).

Considera-se, portanto, que o Golpe de 1964 foi um projeto de classe e não um simples *Putsch* ou quartelada (DREIFUSS, 1986). Sendo que, a partir de um estado de exceção escorado pelos monopólios, estabeleceu-se a hegemonia econômica e política dos interesses externos à sociedade brasileira, como também o aprofundamento da concentração e da centralização do capital (BANDEIRA, 1978). Ou seja, o Brasil tornou-se refém dos EUA conforme chegou a afirmar o próprio ministro de relações exteriores do regime militar, General Juracy Magalhães: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (SANTOS, 1998).

A renúncia de Jânio Quadros e a campanha da legalidade

Ainda quando ministro de Getúlio Vargas, João Goulart havia se aproximado da classe trabalhadora através de seu ideário trabalhista. Isso, por sua vez, rendeu-lhe grande reconhecimento e também a liderança política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Assim, diante de todo o seu prestígio, candidatou-se e venceu as eleições de 1955 como Vice-presidentes da República³ ao lado de seu companheiro de chapa (PSD-PTB), Juscelino Kubitschek. Novamente, em 1960, candidatou-se e venceu as eleições para a Vice-Presidência da República. Dessa vez, contudo, em conjunto com o seu adversário político, Jânio Quadros (UDN).

³ De acordo com a Constituição vigente (1946), a escolha do presidente e a de seu vice não estavam vinculadas.

Jânio Quadros foi eleito através de uma campanha demagoga que gerou fascinação popular. Faziam parte do seu eleitorado as forças reacionárias do País e, ao mesmo tempo, as massas descrentes dos partidos políticos (BASBAUM, 1991). Diferentemente, Jango tornou-se Vice-Presidente pelo seu posicionamento público a favor de políticas distributivas e reformistas. Ou seja, salvo os interesses das multinacionais e da classe média seduzida pela noção direitista de “progresso”, a população brasileira mostrou que almejava uma combinação de reformas populares sociais e de desenvolvimento nacionalista com uma austeridade fiscal e eficiência administrativa (DREIFUSS, 1986).

Mesmo expressando diretrizes políticas de acordo com as recomendações de grupos dominantes, Jânio teve dificuldades em lidar com o Congresso, e, portanto, as medidas impostas pelo seu governo não ocorreram na velocidade que a classe industrial desejava. O historiador e cientista político René Dreifuss (1986, p. 129) muito bem o define nos seguintes termos:

[Jânio Quadros] sofreu uma resistência ativa por parte de setores oligárquicos dentro do PSD e de outros partidos menores, tendo também de enfrentar conflitos de poder dentro dos próprios partidos que o apoiaram, o que gerou dificuldades para seu governo junto ao Congresso. O seu fracasso em corresponder às crescentes expectativas da classe média, juntamente com a inadequação burocrática, também dificultou ao Executivo a realização das reformas exigidas pela grande comunidade industrial.

Jânio, que então vinha sofrendo forte pressão dos seus próprios aliados conservadores, na manhã de 25 de agosto de 1961, após sete meses de governo, de forma imprevisível, renuncia à Presidência da República. Ao julgar a Constituição Federal restrita quanto aos poderes que ofertava ao chefe do executivo, Jânio tentou comover a Nação com a sua renúncia, a fim de receber apoio popular e forçar o Congresso a ampliar os poderes do Presidente da República (BANDEIRA, 1978). No entanto, nem a população, nem os militares, nem os empresários e, tampouco, seu próprio bloco partidário o apoiou. Assim, sua estratégia política falhou e a sua recondução ao poder não foi possível (DREIFUSS, 1986). O escritor Erico Veríssimo, inclusive no seu romance *Incidente em Antares* (1995, p. 84), elucidou o evento no seguinte excerto:

[...] O Jânio arquitetou um golpe. Não podia governar com minoria no Congresso, sentia-se de mãos amarradas. Escreveu então a carta de renúncia... que não era pra valer. Vai então entrega a carta ao seu Ministro da Justiça⁴ pra ele apresentar o documento ao Congresso de tal jeito que ela não pudesse ser submetida aos deputados e por eles julgada em definitivo, no mesmo dia. Depois chamou os Ministros, militares e disse: “Fechem ou amordacem esse Congresso de borra, me

⁴ Ministro Oscar Pedrosa Horta.

dêem poderes extraordinários senão eu renuncio e vocês terão de engolir o João Goulart”. Mas, como se viu, a coisa não funcionou como ele esperava. O Congresso pegou o pão na unha. Aceitou logo a renúncia e fechou a questão. O Jânio ficou no aeroporto de Cumbica esperando que o povo brasileiro se erguesse e o levasse de volta ao governo, de charola... Não apareceu ninguém.

Esse fato desorganizava, portanto, o projeto político popular-udenista e abria caminho para um Executivo nacionalista-reformista concentrado na figura de Jango. Prevendo essa possibilidade, o bloco do capital multinacional e associado, na iminência de perder sua posição econômica privilegiada, articulou-se para impedir a posse de Goulart. Os militares também criaram todo tipo de obstáculo político para impedir essa posse, pois, para as Forças Armadas, Jango, que vinha de origens trabalhistas varguistas, era visto como um sujeito totalmente antagônico aos interesses de então daquela classe (NETO, 1997).

Como deixava claro a Constituição Federal brasileira de 1946, no artigo 79, o Vice-Presidente da República, mesmo estando naquele momento em visita diplomática a Cingapura, na República Popular da China, deveria assumir a posição deixada vaga por Jânio Quadros. No entanto, os Ministros da Guerra (General Odílio Denys), da Aeronáutica (Brigadeiro Moss) e da Marinha (Almirante Sílvio Heck) divulgaram, de forma golpista, uma nota contra a posse de João Goulart como Presidente do Brasil (BANDEIRA, 1979). Faz-se importante assinalar que essa missão comercial de Jango à China já se inseria nos quadros da política externa independente, a qual buscava afirmar a autonomia relativa do Brasil face à hegemonia estadunidense (STARLING, 1979).

Assim sendo, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a Presidência da República e enviou ao Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, para ser lida em Plenário, a seguinte mensagem:

Tenho a honra de comunicar a V. Exas. que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, manifestam a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente da República João Belchior Marques Goulart (PINHEIRO, 1993, p. 62).

No entanto, Leonel Brizola, então governador do Estado do Rio Grande do Sul e um defensor intransigente da Constituição, ao saber da renúncia de Jânio, fez o que pôde para enfrentar a situação que já se lhe afigurava incerta. Em contato com o Comandante do III Exército, General Machado Lopes, começou a tomar diversas medidas para preservar a ordem pública. Inclusive, deixou a Brigada Militar de prontidão e cancelou as licenças de soldados e oficiais (BANDEIRA, 1979).

À medida que recebia as notícias de Brasília – e certo de que o País caminhava para uma ditadura militar –, passou também a organizar-se político-militarmente, com o apoio do III Exército. Inicialmente, Brizola ainda tentou se comunicar com mais chefes militares do restante do País para chamá-los ao bom senso e evitar o desfecho inconstitucional que se avizinhava, mas não recebeu nenhum apoio.

De forma beligerante e resistindo a qualquer preço em busca da legalidade, em 27 de agosto, Brizola incorporou a Rádio Guaíba ao Governo do Estado e passou a denunciar para todo o País, com a sua incomparável eloquência, a trama institucional que se organizava em Brasília. Não obstante, antes mesmo de dar o seu pronunciamento oficial, o governador sul-rio-grandense requisitou a compra de armamento para o estado gaúcho e ordenou também ao III Exército a distribuição de armas à população (BANDEIRA, 1979). Brizola, portanto, exerceu um ato revolucionário, sobretudo para garantir a ordem constitucional contra a ameaça de uma ditadura militar. O cientista político Moniz Bandeira (1979, p. 81), de forma bastante espirituosa, compara esse fato com a Revolução Mexicana e com o ideário democrático francês:

A democracia revolucionária, enterrada pela burguesia européia em 1848, revivia, àquele instante, no Rio Grande do Sul. Só um filho do povo, que nunca renegou suas origens, podia armar o povo. Desde a Revolução Mexicana, na segunda década do século XX, nenhum outro político latino-americano, dentro de uma sociedade burguesa, ousou tomar semelhante iniciativa. Esse gesto jacobino de Brizola as classes dominantes nunca perdoaram. E era um gesto que, em última instância, visava a defender a própria legalidade burguesa.

O chefe do gabinete do Ministro da Guerra, General Orlando Geisel, observando que o III Exército não havia tomado as medidas de acordo com os interesses conspiradores, entra em contato com os demais generais do III Exército que não estavam ligados a Brizola e determina que sejam tomadas medidas para acabar com as “ações subversivas” do Governo, inclusive com ordens para bombardear o Palácio Piratini (BANDEIRA, 1979). Oswaldo França Júnior, então piloto da FAB, confirmou que em uma reunião com o seu comandante havia recebido essas ordens de bombardear o Palácio e as torres de transmissão da rádio. No entanto, o ataque apenas não ocorreu devido ao fato de que os sargentos progressistas da 5ª Base Aérea terem se manifestado contra e terem sabotado a decolagem das aeronaves que estavam munidas com as bombas (NETO, 1997).

O Rio Grande do Sul estava fortemente mobilizado. Havia um grande entusiasmo que contaminava a todos e, praticamente, meio milhão de voluntários se alistou na Campanha da Legalidade. Pela dificuldade dos militares em marchar contra essa Campanha, na qual o III

Exército já começava a ser transferido para a fronteira de São Paulo, e também pelo movimento ter ganhado simpatia no restante do País, a estratégia de golpe, portanto, dissolveu-se.

O levante em defesa da legalidade democrática foi um acontecimento importante e profundo na história do País. Poucas vezes a população brasileira assumiu com tanto empenho a defesa da democracia, mesmo que as liberdades democráticas ainda sejam, em grande medida, relativas, pois elas não garantem, de fato, a solução dos verdadeiros problemas sociais. Se não fosse pela resistência popular organizada por Brizola, Jango não teria chegado à Presidência da República e a ditadura militar teria começado dois anos e meio antes de 1964 (SCHILLING, 1979). Sobre o episódio, Brizola fez o seguinte comentário: “o povo brasileiro demonstrou que tem capacidade de luta e que sabe exercitá-la, dependendo das circunstâncias” (BANDEIRA, 1979, p. 86).

Os conchavos para o golpe parlamentar

Encerrada a Campanha da Legalidade, Goulart ainda se encontrava em regresso ao Brasil. No entanto, antes de chegar ao País, Jango passaria por uma última escala em Montevideu. Leonel Brizola havia sido informado que Tancredo Neves, a mando do Presidente Interino, iria ao encontro do futuro Presidente no Uruguai. Ele percebeu que ali se organizava outra tentativa para evitar a posse de Goulart.

Brizola julgou que Tancredo passaria por Porto Alegre antes de seguir viagem a Montevideu. Pensou, assim, em retê-lo para impedir tal negociação política com Jango. Considerava corretamente que, estando derrotados os ministros militares, qualquer negociação somente interessaria à maioria conservadora do Congresso e visaria assegurar os privilégios das classes dominantes. Em entrevista a Moniz Bandeira (1979, p. 84) realizada em Nova York, em julho de 1978, Brizola afirmou: “Meu propósito era reter Tancredo Neves em Porto Alegre, mas o avião em que ele viajava seguiu direto para Montevideu. [...] Estávamos desconfortados com o rumo da situação. Sabíamos que, àquela altura, Goulart já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com o apoio da maioria das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão”.

A população que apoiou a Campanha da Legalidade esperava escutar do novo Presidente a promessa de que a desigual estrutura social e a exploração imperialista, denunciadas por Vargas na Carta Testamento, terminariam com a sua chegada ao poder. Contudo, Jango acabou comprometendo-se em conchavos palacianos (SCHILLING, 1979).

Assim, em 1º de setembro de 1961, em solo brasileiro, Goulart reuniu os jornalistas e entregou-lhes a mensagem em que aceitava o parlamentarismo. Em decorrência disso, o novo regime foi rapidamente aprovado pelo Congresso Nacional. Nota-se, ademais, que Tancredo Neves teve um papel decisivo no processo de capitulação do Presidente, fato após o qual se assegurou no posto de Primeiro-Ministro.

Brizola dotou o movimento de resistência de um cunho eminentemente popular-revolucionário, de tal maneira que nunca o interesse da maior parte da população havia estado tão perto do poder como naquele momento (SCHILLING, 1979). À vista disso, Goulart tinha força para afastar os agentes do imperialismo e das oligarquias do seio do governo. Podia afastar também os generais golpistas e promover a oficialidade nacionalista e progressista assegurando, assim, base militar às reformas necessárias. No entanto, optou por estabelecer compromissos e assumir a Presidência da República com poderes limitados pelo Congresso. A Resistência Democrática da Legalidade foi profícua, mas a Revolução foi perdida. O pacto parlamentarista enterrou os anseios da população (SCHILLING, 1979).

Os anos de parlamentarismo

Com o sistema parlamentarista implantado e usurpando as prerrogativas do sistema presidencialista, Jango recebeu o poder Executivo enfraquecido, *capitis diminutio* de sua autoridade. O momento econômico que o País atravessava também era particularmente difícil: inflação alta e em trajetória ascendente (salários desvalorizados e custo de vida aumentando), descontrole dos gastos públicos e um alarmante volume de dívida externa a ser pago nos primeiros meses do próximo ano (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Tancredo Neves, incumbido de compor o primeiro gabinete parlamentar, para controlar a inflação, prosseguiu com a ortodoxa política financeira do governo anterior, alinhada com os conceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Também deu seguimento à reforma cambial que beneficiava o setor agroexportador e os grandes grupos estrangeiros e que havia sido iniciada através da Instrução nº. 204, editada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Tal instrução eliminava o sistema de câmbios múltiplos para uma unificação da taxa de câmbio feita pelo mercado de taxas livres, com exceção para apenas alguns produtos. Neves nomeou, ainda, os principais membros da linha de frente do seu gabinete: Walter Moreira Salles (Ministro da Fazenda), Francisco de San Tiago Dantas (Ministro das Relações Exteriores) e Roberto Campos (Embaixador do Brasil em Washington) (BANDEI-

RA, 1978). Marini (2012, p. 92) explica como essa reforma cambial, além de favorecer os grandes grupos econômicos, concentrava o mercado:

A liberalização cambial tinha, assim, um duplo objetivo: desafogar o setor externo [...] e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna marchasse para uma “racionalização”, isto é, que os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a concorrência fossem eliminados. Não é necessária muita perspicácia para ver que isso deixava as pequenas e médias empresas livres para serem expostas ao apetite dos grandes grupos econômicos.

Em que pese o caráter conservador do Parlamento e as primeiras medidas tomadas, Tancredo Neves, de certa forma, passou a inclinar-se no sentido nacionalista. Por esse viés e por iniciativa do ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos, o qual era “um nacionalista quase solitário na ‘constelação entreguista’ da UDN” (TOLEDO, 1984, p. 26), o Conselho de Ministros cancelou todas as concessões de jazidas de ferro feitas ilegalmente ao truste estadunidense *Hanna Exploration Company* (companhia de mineração que explorava jazidas em Minas Gerais). O chanceler San Tiago Dantas restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética, além de posicionar-se contra as sanções dos EUA sobre Cuba. Em janeiro de 1962, o Ministro também se absteve de votar a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), numa Conferência em Punta del Este (SCHILLING, 1979).

Em maio de 1959, duas semanas após o encerramento da reunião da OEA, Leonel Brizola havia feito a encampação da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da multinacional *American & Foreign Power* (Amforp), pertencente a *holding* estadunidense *Bond and Share*, cuja concessão estava vencida, e, portanto, não se tratou de nenhum ato arbitrário do Executivo.

Dessa forma, seguindo suas aspirações de desenvolvimento nacional, em fevereiro de 1962, Brizola também desapropriou os bens da Companhia Telefônica Rio-grandense, subsidiária da ITT (*International Telephone & Telegraph*), na qual a concessão estava igualmente terminada (BANDEIRA, 1979). Por conseguinte, todos esses fatos contribuíram para acirrar as relações entre o Brasil e os EUA, contexto em que o presidente Kennedy chegou a acusar Brizola de inimigo dos Estados Unidos (FILHO, 1987). O governo estadunidense também classificou o ato de Brizola como “um passo atrás” nos planos da Aliança para o Progresso (SCHILLING, 1979). Para Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (2014, p. 241-242):

[...] um dos problemas que mais envenenavam as relações entre os governos do Brasil e dos EUA: a desapropriação pelo governador Leonel Brizola, com indenização puramente contábil, dos bens de subsidiárias estrangeiras de serviços públicos no Rio Grande do Sul. [...] diante do precedente que criavam, o Congresso

dos EUA aprovou a emenda *Hickenlooper*, segundo a qual seria suspensa qualquer “ajuda” aos países onde houvesse desapropriação de empresas norte-americanas sem “justa indenização”.

Essas posições nacionalistas, portanto, acarretaram uma crise política entre o Brasil e os EUA, tendo a questão das subsidiárias dos serviços públicos como epicentro. Evidencia-se, diante disso, o forte “processo espoliativo” que o Brasil sofreu por parte das corporações internacionais protegidas pelos seus governos (BANDEIRA, 1979). Ou seja, segundo Brizola, “o processo espoliativo é o problema fundamental. Todos os demais são secundários ou consequências” (VASCONCELLOS, 2008, p. 8).

Na tentativa de contornar esse cenário, Jango viajou a Washington – com uma estada no México –, em abril de 1962, para, junto do Presidente John Kennedy, encontrar uma solução global para a regulamentação do capital estrangeiro na economia brasileira e também para negociar a questão da dívida externa. No entanto, mesmo que Goulart ainda fizesse certa relativização entre o imperialismo “bom” e o “mau” e houvesse mencionando a importância da contribuição estrangeira para o Brasil (ALMEIDA, 2014), ele não se mostrou receptivo à insistência de Kennedy para a “justa compensação” na compra das empresas de utilidade pública pertencentes aos trustes estadunidenses e ao apoio resolutivo do Brasil à Aliança para o Progresso.

Em dezembro de 1962, por sua vez, Goulart recebeu a visita sigilosa do irmão do presidente John Kennedy, Robert Kennedy, o qual desejava novamente atrair-lo politicamente (AITH, 2001). Robert Kennedy que era o Procurador-Geral no governo do seu irmão, veio ao Brasil expressamente para fazer pressão a Goulart. Falaram-se por três horas e, segundo Darcy Ribeiro (2010, p. 31), os principais assuntos tratados foram as “desapropriações das empresas norte-americanas de Porto Alegre, a defesa dos interesses econômicos da Hanna, o perigo da penetração comunista em seu governo e, até, a tentativa de interromper as relações econômicas do Brasil com o bloco socialista.”

A ascensão do executivo nacional-reformista

Tancredo Neves, que mantinha compromissos com os diversos partidos, saiu do cargo de Primeiro-Ministro em junho de 1962. Diante disto, as forças reacionárias buscaram obrigar o Presidente a sancionar um novo Conselho de Ministros conservadores, porém, com a ajuda de militares progressistas e o amplo apoio da população que se agitava, Jango conseguiu colocar no cargo Francisco Brochado da Rocha, figura ligada a Brizola – um dos mais importan-

tes consultores durante a expropriação da subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (SKIDMORE, 1969) – e que se comprometia com os esforços para a antecipação do plebiscito que referendaria ou não o sistema parlamentarista (BANDEIRA, 1978).

Brochado da Rocha, presidindo o novo gabinete, logo de início teve duas iniciativas. Primeiramente, elaborou e remeteu ao Congresso o projeto de lei visando antecipar o plebiscito para outubro daquele ano, contudo, foi aprovado um projeto conciliador que definia o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. A segunda iniciativa do Gabinete de Brochado da Rocha solicitava ao Congresso que este autorizasse o Conselho de Ministros a legislar através de decretos, mas a aliança PSD/UDN, sabendo que esse Conselho apresentava um ideal progressista, fechou questão contra a “delegação de poderes” pedida pelo Gabinete (TOLEDO, 1984).

Vendo sua mensagem ser derrotada pelo Congresso, o Primeiro-Ministro, após dois meses no cargo, demitiu-se. Instalou-se, assim, em 18 de setembro de 1962, o terceiro e último Conselho de Ministros, presidido pelo ex-ministro do Trabalho, Hermes Lima, que durou até 24 de janeiro de 1963 (TOLEDO, 1984).

Em janeiro de 1963, portanto, Jango livrou-se do parlamentarismo e passou a governar dentro do sistema presidencialista. Entretanto, ainda que tenha obtido uma contundente votação – dos 11,5 milhões de eleitores, 9,5 milhões votaram a favor do retorno do regime presidencialista –, o presidente não quis assumir um mandato popular em toda a plenitude. Na busca por exercer um programa de desenvolvimento nacional-reformista sem radicalização e devido a alguns compromissos assumidos – inclusive com setores mais conservadores durante a campanha do presidencialismo –, o Presidente procurou formar um bloco de poder que visava uma sociedade mais pluralista, e, para isso, buscou apoio mais abrangente do que apenas as forças populares e estabeleceu uma complicada aliança: dividiria a vitória do plebiscito com o PSD para que este lhe desse suporte parlamentar.

Jango, naquele momento, também recebeu forte apoio da pequena e da média-burguesia industrial nacional e do setor agrário, os quais abasteciam o mercado interno e desejavam alargar suas bases sociais por razões econômicas próprias. Nessas condições, Marini (2012, p. 148) observa que o governo passou a enfrentar um dilema insuperável: “obter o respaldo operário para a política externa e as reformas de base, do interesse da burguesia, e conter, ao mesmo tempo e por exigência dessa burguesia, as reivindicações salariais”.

Importante destacar que, neste momento, a colaboração entre parte da burguesia nacional e a classe trabalhadora, que parecia sustentar a base do governo reformista, levava a crer na possibilidade de se concretizar, ao contrário do desfecho do período Vargas, uma “frente

única” operário-burguesa de desenvolvimento nacional contra a burguesia agrário-mercantil e o imperialismo (MARINI, 2012, p. 98). Contudo, Leonel Brizola, conforme seu artigo publicado em 9 de março de 1964, em *O Panfleto*, denunciava equivocada e desnecessária essa aliança do governo com setores da burguesia, pois o resultado do plebiscito legitimaria o Presidente a escolher um caminho autônomo. Conforme dizia com extrema propriedade Brizola:

Dez milhões de brasileiros ofereceram impressionante demonstração de coesão, num pleito que a corrupção do poder econômico e a opressão das oligarquias não puderam desvirtuar nem viciar os resultados. [...] é fácil concluir que aquela aplastante manifestação popular teve o sentido de repúdio à política de acomodação, de vacilações, de indefinições, vigente no período do parlamentarismo (O PANFLETO, 1964, p. 2 apud PAULO, 2017, p. 382).

Goulart buscou formar um ministério em maior medida de centro-esquerda, o qual incluía: Darcy Ribeiro (Ministro da Casa Civil), San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda), João Mangabeira (Ministro da Justiça), Celso Furtado (Ministro do Planejamento), Almino Afonso (Ministro do Trabalho e da Previdência Social), Ulysses Guimarães (Ministro do Desenvolvimento), entre outros. No entanto, em função das alianças, havia também outros políticos e militares dos setores conservadores dentro do governo (TOLEDO, 2004). Para o governador Miguel Arraes (2008, p.170), está questão é ainda mais deletéria, em suas próprias palavras: “[...] a composição do ministério, resultado do compromisso com o congresso e com os partidos que haviam vencido sua resistência, reduziu a nada os efeitos dessa vitória. O que estava em questão não era o valor pessoal dos ministros designados, mas o fato de que, pela segunda vez, Jango curvava-se diante das instituições existentes em vez de tomar uma posição clara, justamente quando recebia um crédito de confiança”.

Em outros termos, Goulart, mesmo em condições políticas e sociais favoráveis, movimentou-se dentro de complicadas conciliações entre interesses conflitantes. Assim sendo, por não se posicionar efetivamente contra os interesses das classes dominantes, refreou os anseios populares.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e o Plano de Reformas de Base

Goulart, a partir da exigência de uma transformação estrutural econômica e social, divulgou seu plano de governo chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Frente aos dois maiores problemas da economia brasileira – aceleração da inflação (37% em 1961 e 51% em 1962) e desaceleração do crescimento econômico do País

(taxa de 7,3% em 1961 e 5,4% em 1962) – o Plano tratava, em linhas gerais, de estabelecer um conjunto de medidas destinadas a controlar os investimentos diretos estrangeiros, recuperar o crescimento econômico e promover progressivamente um regresso à estabilidade inflacionária. Paralelamente, o Plano objetivava efetuar uma maior distribuição de renda e reduzir as desigualdades regionais do País (TOLEDO, 1984).

Jango também passou a articular, ainda que sem radicalismos, o seu Plano de Reformas de Base, que havia anunciado, pela primeira vez, em 1958, e que também o vinculou na sua campanha contra o parlamentarismo. O programa apresentava uma amálgama do trabalho de Vargas com a necessidade de transformar estruturalmente a realidade. Para tanto, estabelecia, ainda que o cerne do plano fosse uma solução ao problema agrário e uma reforma no trato com as empresas multinacionais, uma série de outras diretrizes que possibilitassem a superação de obstáculos econômicos, políticos e sociais. Ou seja, essas reformas de base eram: administrativa, urbana, tributária, universitária, bancária, agrária, cambial e eleitoral (MARINI, 2012). A antropóloga Lilia Schwarcz e a historiadora Heloisa Starling (2015, p. 439) resumem bem cada uma das reformas:

A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos – cerca de 60% da população – e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucro para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico; a reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais.

Portanto, na busca por superar os desafios do subdesenvolvimento e tornar a sociedade brasileira mais justa, Goulart fixou o Plano de Reformas de Base como principal bandeira do seu governo. Desse modo, esse conjunto de propostas, notadamente progressistas e que vinha sendo debatido pelo seu partido desde o governo de Juscelino Kubitschek, ganhou verdadeiro destaque na ordem do dia.

As imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI)

A situação do País era economicamente grave e os problemas vinham acumulando-se desde o governo de Juscelino Kubitschek. Isso, por sua vez, colocava o País em posições bastante suscetíveis. O Balanço de Pagamento brasileiro, por exemplo, fechou em dezembro de

1962 com significativo déficit e, para equilibrá-lo, o País precisou renegociar, com Washington e demais entidades internacionais de crédito, as dívidas com curtos prazos de vencimento assumidas pelos governos anteriores, além de aceitar toda a sorte de imposições para obter os novos empréstimos (BANDEIRA, 1978).

Não é exagero afirmar que os diversos mecanismos dentro dessas “ajudas” financeiras tornam o círculo de espoliação vicioso e atestam ainda mais a dominação imperialista. Além de as empresas estrangeiras, em articulações complexas com os seus Estados imperialistas, invariavelmente retirarem maiores lucros (inclusive de formas fraudulentas através de serviços inexistentes, de fraudes cambiais etc.) em comparação com aquilo que investem no país hospedeiro. A drenagem dos recursos nacionais, através da remessa de lucros, juros, royalties e dividendos, somados com a deterioração dos termos de troca, provocam um déficit estrutural nas transações correntes (mercadorias e serviços) e, para pagar tal déficit, usa-se de empréstimos com juros abusivos. Os centros hegemônicos, cada vez mais, apossam-se do controle político-econômico dos países subdesenvolvidos (BANDEIRA, 1978).

San Tiago Dantas buscou diálogo com Washington para obter empréstimo de U\$S 398,5 milhões. Os EUA concederiam inicialmente a quantia de U\$S 84 milhões e prometeram mais U\$S 314,5 milhões para o ano fiscal de 1964 (TOLEDO, 1984). Contudo, o Brasil, para receber esses empréstimos, precisou ceder a pressões e, entre outros compromissos, sinalizou a compra da Amforp nos termos desejados pelos EUA (BANDEIRA, 1978). Tal fato somente não ocorreu porque Leonel Brizola corretamente denunciou e demonstrou de forma ostensiva todas as irregularidades e ilegalidades nessa negociata lesa-pátria (SCHILLING, 1979).

No País, os conflitos internos e externos ganhavam maior densidade e capacidade de pressão e necessitavam de uma tomada de decisões políticas de João Goulart, pois, ao optar pelos modelos econômico-políticos determinados pelo FMI, o peso da crise recairia, acima de tudo, junto aos trabalhadores e à classe média. Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 94):

A questão consistia em saber de que lado se cortaria a carne. Ou o Governo completava as medidas de estabilização monetária, de acordo com o figurino do FMI, comprimindo os salários etc., ou reorientava o desenvolvimento do País no sentido da redistribuição de renda, mediante crescente intervenção do Estado na economia, com a limitação dos lucros extraordinários, controle das remessas para o exterior, [...] reforma agrária, enfim, medidas drásticas e transformações de base, de caráter democrático e nacional.

Jango chegou a dispor-se a negociar com o aparato imperialista do FMI e a atender algumas de suas exigências. No entanto, ao passo que as classes operárias estavam organizadas, sobretudo através das direções operárias independentes CGT (Comando Geral dos Trabalha-

dores) e PUA (Pacto de Unidade e Ação), além do grande incentivo à sindicalização do camponato, mais difícil era qualquer decisão do Governo. Vale apenas pontuar que, à medida que aumentava a absorção do movimento rural de massas pela via legal do sindicalismo, as forças espontâneas, como as Ligas Camponesas, enfraqueciam-se (SAES, 1985).

O movimento das Ligas Camponesas, por sua vez, através da mediação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), estabeleceu significativo contato com Fidel Castro e, portanto, representava uma dinâmica de solidariedade com o movimento revolucionário cubano. Isso gerava uma preocupação internacional ainda maior, especialmente por parte dos EUA que tinham receio que as radicais iniciativas cubanas, como a reforma agrária, se repetissem de fato no Brasil. Assim, o próprio Robert Kennedy, além de sua reunião secreta com Goulart, também visitou o Engenho Galileia⁵, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco (ALVES, 2015).

Diante do aumento das divergências entre Washington e Brasília, John Kennedy chegou a suspender todos os recursos da Aliança para o Progresso que financiariam o déficit na Balança de Pagamento brasileiro e, dessa forma, obrigou João Goulart a tomar uma escolha: ceder e, além de concluir a compra da Amforp, adotar as orientações econômicas do FMI, ou romper de vez as relações entre os dois países.

Goulart manteve, como de costume, seu estilo de conduta conciliador até onde pôde – inclusive, quando ocorreu o afastamento de San Tiago Dantas para candidatar-se a deputado federal, o Presidente, para obter certa credibilidade dos setores de direita, nomeou, em 21 de junho de 1963, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, expoente da burguesia paulista, para o Ministério da Fazenda.

A polarização de classe e os complexos IPES e IBAD

Não obstante as reformas progressistas encabeçadas pelo Governo Federal, ocorria paralelamente um aumento dos movimentos de massas no País e, de forma imediata, crescia a oposição das classes dominantes. A crise política tornou-se orgânica e agravou a polarização de classes entre os interesses multinacional-associado e os das camadas populares, que vinham apresentando forte politização (DREIFUSS, 1986). Para Miguel Arraes (2008, p.166-167):

⁵ A mobilização camponesa do Nordeste, que assume a denominação “Ligas Camponesas”, inicia-se no Engenho Galileia, em Pernambuco, município de Vitória de Santo Antão, no ano de 1954 (BASTOS, 1984).

As reformas anunciadas pelo governo que contentavam o movimento popular, inclusive os comunistas, não assustavam a burguesia nacionalista disposta a representar o papel dominante que lhe reservava a política de Jango. [...] E, ainda, uma burguesia nacionalista não poderia opor-se ao controle da transferência de lucros dos estrangeiros e à nacionalização das refinarias. Essas medidas chocava [de fato] os americanos e seus aliados [...] Mas o patronato não compreendeu assim, tanto porque entrasse em acordo com os americanos, como porque temesse uma escalada nas reivindicações populares.

Dessa forma, o governo nacional-reformista de Goulart, ao buscar melhorar as condições de vida das camadas populares, buscar uma distribuição de renda mais equitativa e estimular economicamente as indústrias nacionais e os setores agrários voltados para o grande mercado de baixa renda, intensificou o conflito entre o Estado brasileiro e o bloco multinacional-associado (DREIDUSS, 1986). Desse modo, as diversas forças ligadas aos interesses dominantes iam desistindo de opções pacíficas e democráticas para o controle da situação. Em perspicaz análise, Darcy Ribeiro (2006, p. 207-208) discute como, naquele momento, defrontavam-se dois “Brasis”, e declara que:

Numa vertente, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas em marcha [...] Na vertente oposta, estava o Brasil da reação, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo, a fim de manter a velha ordem.

Em outras palavras, encontrava-se, do lado daqueles para quem o mundo e a vida não devem ser transformados, a ideologia burguesa. No entanto, na outra margem do rio, havia o pensamento de esquerda que desejava arrancar o Brasil do atraso (SANTOS, 1995).

Portanto, o espectro ideológico se radicalizava, e dentro dos mesmos interesses, os industriais e diversos oficiais, reformados ou na ativa, que orbitavam em torno da Escola Superior de Guerra (ESG), criavam uma “sociedade de estudos” – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (MARINI, 2012).

Essa coalizão burguesa travestida de instituição “democrática” e de estudos sobre a realidade brasileira era, em verdade, um núcleo de doutrinação e articulação golpista com agenda própria, financiada por diversas fontes (nacionais e internacionais) e pautada por radicalismos de direita. Agregavam-se, pois então, as formas ideológicas típicas das classes médias– ou seja, a defesa de valores e instituições conservadoras como a família, a religião, a propriedade, além dos apelos ideológicos contra a ameaça “comunista” e a defesa da “democracia” (STARLING, 1986).

Também ocorria, nesse contexto, a intervenção estadunidense junto às classes empresariais através do embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon. De modo que recursos oriundos da Aliança para o Progresso chegaram a ser repassados ilegalmente – pois não obedeciam ao processo legal de passar pelo Governo Federal – a determinados governadores brasileiros que apoiavam a ação de grupos golpistas. Destaquem-se, entre os governadores beneficiados, o de Minas Gerais (Magalhães Pinto), o do Rio de Janeiro (Carlos Lacerda), o de São Paulo (Adhemar de Barros) e o do Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti).

Em moldes semelhantes ao IPES havia o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), dirigido diretamente pela Central de Inteligência Norte-Americana (CIA), embora fundado em 1959, teve suas atividades intensificadas nesse período pré-1964. Suas verbas eram utilizadas para aliciar empresários, deputados, senadores, dirigentes sindicais e, portanto, interferir sobremaneira na vida política nacional (MARINI, 2012). Lilia Schwarcz (2015, p. 440), ao discorrer sobre esse insidioso trabalho do Instituto Brasileiro de Ação Democrática em subornar o sistema político brasileiro, assegura que:

O IBAD despejou uma avalanche de dinheiro para o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e seiscentos deputados estaduais, além de oito candidatos a governadores – uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor. Os recursos provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro, e de fontes governamentais dos Estados Unidos responsáveis por investir [...] na conspiração contra Goulart, como anos depois o embaixador norte-americano confirmou ter feito.

O pânico difundido por esses grupos reacionários retirava gradativamente o apoio das pequenas e médias burguesias a Goulart, e, nessa perspectiva, as classes capitalistas se agregaram cada vez mais sob a liderança dos complexos IPES/IBAD. Assim, conseguiam penetrar na vida dos sindicatos e do campesinato, na imprensa e nas agências de publicidade e foram decisivos no processo eleitoral de 1962, onde políticos progressistas foram combatidos e deputados e governadores compromissados em defender o capital estrangeiro e impedir a reforma agrária foram eleitos (BANDEIRA, 1978). Ou seja, os recursos financeiros e as diversas atuações dos complexos IPES/IBAD influenciaram de forma deletéria a vida política do País e geraram a supremacia dos interesses multinacionais-associados ao posicionamento de forças políticas.

A ofensiva conservadora e a debilidade política do Governo Federal

As contradições acumulavam-se e as opções de conciliação de interesses de classe tornavam-se a cada dia menos viável. O antípoda governador Carlos Lacerda, em campanha para desestabilizar o Presidente da República, chegou a conceder uma entrevista a um jornalista estadunidense do *Los Angeles Times*, a qual foi publicada no Brasil pela *Tribuna da Imprensa*, no dia 1º de outubro de 1963. Nessa entrevista, Lacerda aclamava a intervenção dos EUA e afirmava que o governo de Goulart era composto por comunistas e que os militares já discutiam quanto ao seu futuro – inclusive, se era “melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo” (BANDEIRA, 1978, p. 130).

A polarização política agrava-se de forma acintosa: os três ministros militares consideraram a entrevista injuriosa e exigiram uma resposta do Presidente. Jango, que também havia recebido mal a declaração de Lacerda, envia, ao Congresso, uma mensagem solicitando a decretação do estado de sítio no País pelo prazo de trinta dias. Havia nesse ato a intenção de que os militares ocupassem a Guanabara e impedissem Lacerda de continuar com suas ações provocativas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Para garantir apoio, Goulart entra em contato com Brizola, o qual endossava uma política de confronto e aconselhava corretamente o Presidente, naquela conjuntura, a dar o próprio golpe de Estado. Dizia Brizola, observando a situação que o País vivia: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (BANDEIRA, 1978, p. 131). Darcy Ribeiro (2010, p. 49), que havia sido instruído por Goulart para redigir a mensagem solicitando a medida, também alertou ao Presidente que “o estado de sítio não se pede, mas se toma”.

No entanto, o próprio governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o deputado federal Sergio Magalhães e outros dissidentes da bancada do PTB na Câmara Federal, mais diversas lideranças das forças de esquerda, ainda que por razões distintas, foram receosos em apoiar essa ação de Goulart, sobretudo pela preocupação de que tal ato de suspender as liberdades públicas viesse a reprimir os próprios movimentos sociais (BANDEIRA, 1978). Conforme trazia uma nota do Comando Geral dos Trabalhadores (TOLEDO, 1984, p. 63): “Somos, por princípio, contrários ao estado de sítio porque entendemos que a manutenção e ampliação das liberdades democráticas são meios insubstituíveis e necessários às lutas contra os inimigos do Brasil e aos interesses do povo”.

Nesse contexto, o governo perdeu a força que o apoio das massas lhe conferia. Esse apoio, segundo Miguel Arraes (2008, p. 171), “constituía a base mais importante com a qual ele [Goulart] podia contar e da qual ele tinha absoluta necessidade para romper definitivamente os laços com o imperialismo”. Jango, após a efetiva rejeição da proposta pela Comissão de

Justiça da Câmara Federal, fez o seguinte comentário ao deputado Doutel de Andrade: “Nesta madrugada começou a minha deposição.” Assim sendo, Jango recuou e retirou a malograda mensagem do Congresso (BANDEIRA, 1978, p. 133). Nota-se, de modo bastante claro, como em conflitos políticos é delicado fazerem-se ultimatoss, pois, caso essa ação torne-se inviável, a credibilidade do propositor é extremamente abalada.

Um mar tempestuoso de instabilidade política e administrativa estava evidente. Jango, portanto, sentia que a terra fugia aos seus pés e, ao compreender que a dominação estrangeira era tão grande que não havia mais espaço para conciliações, sua única saída foi vincular-se de forma definitiva com os setores populares e progressistas. Rompeu, finalmente, os limites de qualquer vestígio do pacto populista e voltou-se à esquerda. Em nota, Miguel Arraes afirmava (TOLEDO, 1984, p. 65): “[...] se o Presidente da República, fiel à sua formação política e aos compromissos que tem com as massas trabalhadoras, deseja superar nossa aguda crise interna e manter nossa política externa independente, ele precisa apoiar-se nas “forças populares” e com elas estabelecer um novo governo, capaz de elaborar e executar um programa democrático, nacionalista e progressista”.

Em 31 de dezembro de 1963, o Ministro da Fazenda Carvalho Pinto, por conta de intrigas com o Presidente da República, renunciou ao cargo. Os principais setores da esquerda faziam campanha e pretendiam que Brizola assumisse a pasta para que, com firmeza, executasse transformações políticas. “Contra a espoliação, Brizola é a solução” era um dos principais lemas da militância. Contudo, além da resistência interna dos setores conservadores, no plano internacional, os EUA, oponentes ferrenhos de Brizola, ameaçaram efetuar diversas represálias, inclusive sinalizaram suspender os empréstimos financeiros e as relações comerciais com o Brasil (TOLEDO, 1984).

Goulart, então, designou o economista (ex-presidente do Banco do Brasil e muito próximo dele, mas pouco conhecido nacionalmente) Nei Galvão para o Ministério da Fazenda. Segundo o intelectual e militante político Plínio de Arruda Sampaio (2014), a saída de Carvalho Pinto, o qual era ainda um ministro visto com bons olhos pela oposição, foi um fator decisivo para o desenrolar do golpe.

O ano-chave de 1964

O Presidente, que em muitos momentos evitou assumir plenamente a vitória do presidencialismo e impor ao Congresso as necessárias reformas de base – as quais, segundo Brizola, deveriam ser feitas “na lei ou na marra” (RIBEIRO, 2006, p. 216) – em janeiro de 1964

regulamenta a Lei de Remessa de Lucros, aclamada desde a carta-testamento de Getúlio Vargas e que havia sido aprovada pelo Congresso, em agosto de 1962. Tal lei, a qual seria a primeira a ser revogada pelo governo Castelo Branco, restringia a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes. Determinava, assim, que as empresas estrangeiras teriam o direito de remeter, para fora, dividendos de até 10% do capital que introduzissem no Brasil. Os lucros acima desse limite seriam considerados capital suplementar, devendo ser reinvestidos no País (RIBEIRO, 2006).

Ainda que houvesse certas divergências dentro da esquerda mais radical (no sentido político de querer chegar à raiz dos problemas) e a esquerda mais moderada quanto à solução dos problemas nacionais, o fato principal é que as propostas nacionais-reformistas passaram a sinalizar um avanço progressista e o governo pôde contar com o apoio dos movimentos populares.

Às dez horas da noite do dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, na Praça da República, em frente à Central do Brasil – mesmo lugar que Vargas utilizou para a cerimônia de fundação do Estado Novo sob a proteção de tropas do I Exército –, Brizola e Jango (dentre outros importantes personagens da linha de frente trabalhista e socialista) uniam a esquerda brasileira e mobilizavam mais de 500 mil pessoas no Comício da Central – umas das mais famosas manifestações públicas da história do Brasil.

Goulart iniciou seu pronunciamento indicando que considerava a classe trabalhadora não como simples parte da população, mas como um ator social que integrava um contrato (MUNTEAL, 2008). E, então, divulgou os decretos que limitariam os aluguéis urbanos, efetuariam a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriariam as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais (MARINI, 2012). Jango, de forma aguerrida, chegou a declarar que bastava de conciliações (SCHWARCZ; STARLING, 2015) e Brizola postulou a necessidade de um verdadeiro governo nacionalista e popular. Brizola também criticou fortemente o Congresso Nacional e propôs a sua derrogação e a convocação de uma Assembleia Constituinte (TOLEDO, 1984). Em seu discurso Jango proferiu:

[...] Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais, e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável (RYFF, 1979, p. 23).

Diante disso, a agitação dos movimentos reacionários contra o governo recrudesciu. Inclusive o Exército – dispositivo que, em certa medida, ainda sustentava Goulart – também rompe com a legalidade. Os militares, visando à retomada de sua “função de guardiões da ordem social” e da dominação de classe, estavam unidos para o bloqueio da ascensão popular e para a liquidação das organizações de esquerda. Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, elaborou um manifesto clandestino contra o governo constitucional denominado “Instrução reservada do General Castelo Branco”, no qual afirmava:

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês. [...] São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. [...] A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. [...] Entrarão as Forças Armadas numa revolução para [...] submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil (DINES; CALLADO; NETTO, 1964, p. 392).

A igreja não se manteve imune ao processo. Por um lado, havia alguns setores organizados próximos aos setores populares, entretanto, de outro lado, as forças dentro da hierarquia católica expressavam um predomínio conservador o qual mantinha relação com as classes dominantes (STARLING, 1986). Por exemplo, setores liderados pelo padre estadunidense Patrick Peyton (SZATKOSKI, 2008) mostraram-se fundamentais e orgânicos, ao passo que o clero tem forte capacidade de comunicação com as bases sociais populares.

Iniciava-se, portanto, uma etapa de mobilização fascista cada vez mais intensa, até que se organizou o que seriam as passeatas por “Deus, a liberdade e a Família” (SANTOS, 1995). A classe dominante encontrou, no seio da classe média urbana e cristã, grande apoio (SAES, 1985). Assim, as pessoas com aversão ao protagonismo crescente dos trabalhadores, em 19 de março de 1964, saíram da Praça da República e marcharam ombro a ombro até a Praça da Sé, gritando em coro “para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Semelhantes movimentos reacionários ocorreram em diversas outras capitais do País e, a partir de então, o equilíbrio de forças rompeu-se de vez, pois o centro derivava à direita.

Como bem se sabe, o inimigo do imperialismo nunca foi a ameaça comunista, até porque isso nunca existiu, mas, sim, o projeto de desenvolvimento brasileiro (VASCONCELLOS, 2005). Conforme afirmava o oficial de informação da embaixada britânica no Brasil, Geoffrey Stow, o Brasil não correria nenhum risco de uma revolução comunista, pois a im-

prensa, os militares e a maior parte da Igreja Católica eram todos antissocialistas (CATARINO, 2011). O engodo do comunismo é tudo aquilo que contraria os interesses dos Estados Unidos e das suas multinacionais, dos latifundiários e dos industriais associados; isto é, toda e qualquer reforma que se pretenda fazer no sentido do avanço e do progresso será travada porque batizada de comunista (SODRE, 1997). Conforme afirma Moniz Bandeira (1978, p. 178): “o comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores”.

O início do fim

Ocorreram, em 1964, dois eventos que deram forte subterfúgio aos militares golpistas. Primeiro, no dia 25 de março, na Guanabara, após assistirem ao filme *O Encouraçado Potemkin*, os sonhos revolucionários povoaram as mentes e os corações da marujada brasileira e ocorreu o que ficou conhecido como a “Revolta dos Marinheiros”, ato que contou com a presença de Brizola e, no qual, o ministro da Marinha havia ordenado a prisão de todos os revoltosos. Goulart, no entanto, contrariando o Ministro, decretou a anistia – deixou-se influenciar, inclusive, por lembranças de sua visita a Leningrado, onde conheceu o cruzador Aurora, donde partiram os primeiros tiros da revolução bolchevique (TENDLER, 1984). O segundo acontecimento ocorreu no dia 30 de março, quando o Presidente, buscando uma estratégia de apoiar-se em militares subalternos contra seus superiores, pronunciou um discurso provocativo durante a cerimônia festiva da Associação dos Sargentos e Subtenentes da Polícia Militar da Guanabara, no Automóvel Clube (FICO, 2008). Numa forte ressonância à carta-testamento de Vargas, Goulart então denunciou o golpe que estava sendo tramado contra o seu governo (TOLEDO, 1984).

A CIA conseguiu, portanto, acirrar os conflitos internos e, desse momento em diante, estava criado todo o clima social – “psicossocial”, como diria o general Golbery (SOUZA, 2008) – e político para o golpe de Estado. O clima incitava e dava então legitimidade às Forças Armadas no sentido de efetuarem a intervenção militar.

O Presidente Kennedy propagava uma imagem política de hostilidade a golpes militares, porém, ocultamente, orquestrava a queda de Goulart. Em seu governo houve uma abordagem assistencialista para a América Latina, mas o que ocorria era um forte propósito ideológico de controle da região (FICO, 2008). Em 1961, o Departamento de Estado dos EUA começou a solicitar ao Itamaraty vistos para seus militares que entravam no Brasil sob os mais diversos disfarces (religiosos, jornalistas, executivos etc.). Esses sujeitos, chamados de “Boi-

nas verdes”, pertenciam a uma unidade de elite militar estadunidense treinada, sobretudo, para combater movimentos progressistas. Conforme as estatísticas oficiais de desembarque de indivíduos estadunidenses no Brasil, em 1962, os números representaram recordes de imigração e, em 1963, ainda que esse cálculo tenha diminuído, o cômputo de entrada de pessoas era maior que a média em relação a todos os anos anteriores (BANDEIRA, 1978). Em 1962, no contexto da campanha eleitoral, a intervenção dos EUA no processo político brasileiro intensificou-se e ultrapassou os limites “normais” de propaganda ideológica (FICO, 2008). A CIA claramente veio organizando diversas operações especiais dentro e fora do Brasil; inclusive, em julho de 1963, ocorreu o considerável fato de um submarino estadunidense ter desembarcado em Pernambuco com munições de guerra (BANDEIRA, 1978).

Em 22 de novembro de 1963, o Presidente Kennedy morreu assassinado em Dallas, Texas. Com isso, ocorreu a ascensão de Lyndon Johnson à Presidência dos EUA. Foi mantida a Aliança para o Progresso e o seu foco ideológico anti-insurrecional, mas houve uma mudança de ênfase e a política externa dos EUA – incluindo as pressões sobre o Brasil – foi intensificada (BANDEIRA, 1978). Intensificou-se, também, o envolvimento de empresários na dogmática causa anticomunista. Inclusive, o Presidente Johnson recebeu conselhos de um grupo consultivo presidido por um banqueiro do Chase Manhattan e mais representantes da *Standard Oil* e da ITT (FICO, 2008).

A Operação Brother Sam e a consolidação do golpe civil-militar

Inúmeras empresas estadunidenses tinham grandes investimentos e interesses no Brasil e a campanha de desestabilização do presidente brasileiro evoluiria gradativamente para um golpe de Estado. Ainda que essa hipótese de golpe de Estado estivesse presente por todo tempo na psiquê da campanha de desestabilização iniciada por Kennedy, foi no final de 1963 que a ajuda concreta dos EUA aos golpistas brasileiros se aprofundou.

Constituiu-se, inclusive, sob o comando dos EUA, uma ousada e sem precedente força-tarefa que auxiliou definitivamente na retirada de Goulart da presidência. Tal foi o plano de contingência 2-61, que ganhou o pseudônimo de “Operação *Brother Sam*” (FICO, 2008). Segundo documentos em domínio público liberados posteriormente pelos EUA, a operação, além de ter uma base de apoio no Panamá – local onde os EUA mantinham o comando de suas forças militares para a América Latina –, era composta pelo

[...] porta-aviões *Forrestal*, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como de quatro petroleiros [...] sete aviões de transporte C 135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões-tanque, um avião de comunicação e um posto aéreo de comando estabeleceriam uma ponte-aérea, ligando as bases norte-americanas e o Brasil (BANDEIRA, 1978, p. 174).

O objetivo da operação não era apenas bélico, mas, sobretudo, estratégico. O plano de contingência estadunidense não previa somente a operação *Brother Sam*, mas também estabelecia linhas de ação – que ocorreram perfeitamente durante o golpe – como o controle militar temporário, a posse do presidente da Câmara e uma posterior eleição de um novo presidente (FICO, 2008).

No entanto, não havia entre os golpistas brasileiros data nem base definidas para iniciar a “revolução”; havia apenas uma senha, a qual seria acionada diante de qualquer ato de força do Governo Federal. Ou seja, qualquer ato contra o Congresso, contra os governadores ou qualquer outro ato que pudesse dar “legitimidade” para iniciar-se o golpe. A criação de um consenso entre as tropas militares e o poder civil que as deveria amparar em relação à saída da legalidade ampliava-se paulatinamente e a base mais sólida desse entendimento estava em Minas Gerais (GASPARI, 2002).

Assim, ainda que de forma mais ou menos antecipada, o General Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, lançou o golpe de Estado, em 31 de março, e deslocou suas tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro para tomar de assalto o Ministério da Guerra e depor o Presidente Goulart, que por lá se encontrava. No entanto, para garantir que a deposição de fato prosperasse, o General Amaury Kruehl, comandante do poderoso II Exército do estado-chave de São Paulo, deveria invariavelmente aderir à ação conspiratória. O General Kruehl, velho amigo de Jango e ex-ministro da Guerra (1962-1963), por volta das 10 horas do dia 31 de outubro, telefonou, em tom de ultimato, para Goulart, e impôs que o Presidente proibisse todos os movimentos populares e afastasse seus auxiliares apontados como comunistas (Abelardo Jurema, Raul Riff e Darcy Ribeiro) em troca da garantia do seu mandato. Nas próprias palavras de Kruehl: “Cumpadre [sic], a coisa tá feia, mas se o senhor largar a cupichada [sic] que lhe cerca – UNE, CGT e o Brizola – eu garanto a mão” (ALMEIDA, 1977). Jango, por sua vez, respondeu: “General, isso seria trair meus amigos. Não posso concordar em abandoná-los nesse momento. Estiveram sempre a meu lado. Fico com eles, até o fim” (ALMEIDA, 1977).

Goulart, então, recusou a proposição e, em vista disso, o General ordenou que suas tropas se unissem às tropas do General Mourão e seguissem em direção ao Rio de Janeiro

(TOLEDO, 1984). Numa revelação importante, ocorrida em fevereiro de 2014, o coronel reformado do Exército Erimá Pinheiro Moreira afirmou em depoimento à Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) subornou o General Kruel com a quantia de US\$ 1,2 milhão e que o dinheiro havia sido enviado pelo governo estadunidense. Esse depoimento revela que a decisão de Kruel pode ter tido mais peso econômico do que apenas ideológico (GOMES, 2014).

Notadamente, o governo de Washington apoiou e inspirou a rebelião, reconheceu a beligerância de Minas Gerais e estava pronto para intervir militarmente no Brasil caso houvesse resistência do Governo Federal. Esse fato de os EUA apoiarem as forças golpistas e a própria decisão de Kruel de marchar junto com as tropas do general Mourão, possivelmente também influenciaram sobre as decisões de Goulart de não resistir com a luta armada (BANDEIRA, 1978). Entretanto, um importante fato a destacar é que Goulart, no exílio, desabafou a Brizola que, frente à brutalidade do regime militar, valeria a resistência dos brasileiros para garantir o governo eleito pelo povo (VASCONCELLOS, 1989).

Com o comboio da operação *Brother Sam* aproximando-se da costa brasileira, os comandantes dos vários corpos militares foram aderindo ao golpe. Em contrapartida, com a proximidade das tropas mineiras e paulistas do Rio de Janeiro, o Presidente, no dia 1º de abril, parte para Brasília e, de lá, para Porto Alegre (RIBEIRO, 1985). Quanto a isso, pode-se utilizar a conhecida expressão de que o Exército Brasileiro “dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1º”.

Na madrugada do dia 2 de abril, enquanto Goulart voava para o Rio Grande do Sul, o líder latifundiário e presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vacante a Presidência da República – foi a versão parlamentar do golpe (FICO, 2008). Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara, após a votação inconstitucional, foi empossado como sucessor de Goulart. Passadas apenas algumas poucas horas, Lyndon Johnson saudava com entusiasmo, através de um telegrama, o novo presidente brasileiro (TOLEDO, 1964). Em um trecho do documento, Johnson afirmava que “as relações de amizade e cooperação entre nossos dois governos e povos representam um grande legado histórico e arma preciosa para os interesses da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e no mundo” (GASPARI, 2002, p. 115). Esse imediatismo do governo estadunidense em reconhecer o novo presidente do Brasil – enquanto Jango ainda estava em terras brasileiras – tinha como objetivo justificar perante a opinião pública qualquer ação militar dos EUA caso Brizola e Goulart ainda resistissem com o apoio do III Exército no Rio Grande do Sul (BANDEIRA, 1978).

Brizola novamente organizava a população para resistir ao golpe de Estado e, acompanhado de um grande número de populares, marchou a fim de depor o governador Ildo Meneghetti, o qual, ao saber da ação, partiu para o interior do estado do Rio Grande do Sul. Os setores democráticos, tendo na memória a Campanha da Legalidade, acreditavam que a resistência poderia acontecer a partir do Sul. Brizola que, por sua vez, não se conformava em desistir da luta, apelou veementemente a Goulart para a necessidade de estabelecer-se uma resistência armada. Contudo, as forças militares do estado gaúcho estavam bastante divididas entre legalistas e golpistas. Brizola sugeriu então, a Goulart, que o nomeasse a si Ministro da Justiça e ao General legalista Ladário Pereira Teles como Ministro da Guerra para, juntos, organizarem a resistência (BANDEIRA, 1979). Jango recusou qualquer forma de reação e, no dia 4 de abril, seguiu para o exílio no Uruguai.

No dia 1º de abril, Castelo Branco, futuro presidente, estava em contato com Lincoln Gordon e disse que não iria mais precisar do apoio logístico estadunidense (FICO, 2008). Assim, a operação *Brother Sam* foi cancelada oficialmente às 17h22m do dia 2 de abril, mas manteve-se atuante no território brasileiro até a tarde do dia 3 de abril, quando uma manobra simulada tentava encobrir e disfarçar toda a operação (CORREA, 1977). Contrariando os próprios prognósticos da CIA, que previa uma reação e até mesmo uma guerra civil em solo brasileiro, não foi preciso oferecer mais do que apoio diplomático aos militares que promoveram o golpe, e a operação *Brother Sam* pôde ser cancelada sem ter sido necessário disparar um só tiro. Segundo Elio Gaspari (2014, p. 14), “Johnson apoiou o golpe e orgulhava-se disso, mas apenas seguiu a planilha de Kennedy”.

Considerações finais

O período “jânio-janguista” caracterizou-se fundamentalmente por dois conjuntos de agentes: de um lado, a burguesia local encarregada dos interesses do bloco econômico multinacional; de outro, as classes trabalhadoras (rurais e urbanas) mobilizadas principalmente por seus legítimos líderes Leonel Brizola e João Goulart. Diante disso, ocorria que a pressão dos trabalhadores, pela primeira vez na história, alcançava protagonismo e influenciava as decisões políticas do Governo Federal. Ou seja, neste particular momento da história brasileira, a política principiava a deixar de ser um privilégio das elites.

Assim, nota-se, de modo bastante claro, que a participação popular foi um ponto fundamental que aguçou a crise de dominação de classe no Brasil, de tal maneira que a classe burguesa nacional passou então a abandonar qualquer apoio a Goulart e qualquer projeto de

nação para seguir, de forma dependente e subserviente, os interesses e as determinações do imperialismo estadunidense.

Considera-se que o governo de Jango foi derrubado pelos seus acertos, pois houve uma verdadeira proximidade com os setores nacionalistas e populares e o reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações. As reformas democrático-burguesas, ainda que não visassem ao socialismo, tendiam a mitigar as contradições capitalistas no Brasil, arrancando-o do profundo atraso e dando maior autonomia ao País. Sobretudo, a questão da reforma agrária, pois, ao passo que deixava de ser um tema abstrato de debate entre especialistas e convertia-se em um dos fatores mais importantes da luta popular brasileira, desejava constituir instrumentos para atenuar o aumento do desemprego e da miséria no campo.

Faz-se importante ainda assinalar que, mesmo com as vulgares campanhas oposicionistas, Goulart apresentava elevado índice de popularidade no período de sua deposição, com 76% da opinião pública a seu favor (BANDEIRA, 1997). Bem como, segundo a mesma pesquisa Ibope realizada em março de 1964, 59% da população era a favor das medidas anunciadas por Goulart durante o comício da Central do Brasil e 49,8% admitiam votar em Goulart caso houvesse possibilidade dele concorrer à próxima eleição – ou seja, Goulart ganharia as eleições presidenciais do ano seguinte (SAFATLE, 2019). No entanto, a sua aceitação ao parlamentarismo, a sua busca por um governo, em diversos momentos, conciliatório e a sua recusa pela opção final de liderar uma revolução social, como Brizola invocava, mesmo que ela arrastasse as consequências de uma guerra civil e a intervenção estadunidense, impediram o Brasil de trilhar o seu próprio destino.

Considera-se, portanto, ainda que não se tratando de uma crítica direta a Goulart, os limites e as consequências da tentativa de estabelecer bases progressistas com pactos de classe. Ou seja, é historicamente equivocado crer na possibilidade do proletariado estabelecer alianças com as respectivas burguesias nacionais para o desenvolvimento. Pois, embora em algumas circunstâncias, a burguesia local atrite-se com a burguesia internacional, ou com as oligarquias agroexportadoras, em última análise, ocorre invariavelmente uma pura unidade das classes dominantes. A saber, as classes sociais são eminentemente antagônicas, e, dessa forma, qualquer alteração desta ordem estratificada somente poderá ser promovida pela luta de classe.

Ressalta-se, por fim, que o golpe de Estado em 1964 foi um claro episódio de luta de classes, no qual, eliminou-se as lideranças trabalhistas e nacionalistas e, através da articulação de interesses antipopulares e antinacionais, abriu-se espaço para um forte estado de exceção escorado pelos monopólios internacionais que, mediante um processo de contrarrevolução

permanente, impuseram sua hegemonia econômica e política à sociedade, isso de tal maneira que as multinacionais e o imperialismo dominaram amplamente o Estado e a sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

AITH, Marcio. O encontro secreto de Jango e Bob Kennedy. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 12/08/2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1208200101.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

ALMEIDA, Coi Lopes De. O gaudério simples e sestroso. **CooJornal**, Porto Alegre, jan. 1977. Cartas/Especial, p. 4.

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 2014.

ALVES, Bernard José Pereira. Revisitando as ligas camponesas: lideranças e disputas internas do movimento camponês. **Revista IDEAS**. Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p. 202-224, 2015.

ARRAES, Miguel. **O Brasil, o povo e o poder**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, C. N. (Orgs.). **1964: visões críticas do golpe**. Campinas: UNICAMP, 1997.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república: de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CATARINO, Geraldo. **Segredos da propaganda anticomunista: documentos diplomáticos revelam a atuação do IRD, um departamento secreto do governo britânico, no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CORREA, Marcos de Sá. **1964: visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

DINES, Alberto; CALLADO, Antônio; NETTO, Araújo et al. **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1986.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FILHO, Leite. **Brizola tinha razão**. São Paulo: Celta, 1987.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Rodrigo. Coronel afirma que Fiesp subornou general para apoiar golpe contra Jango em 1964. **Rede Brasil Atual**. São Paulo, 19/02/2014. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/fiesp-subornou-general-para-apoiar-golpe-de-estado-em-1964-diz-coronel-reformado-6067/>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MUNTEAL, Oswaldo. **As reformas de base na era Jango**. Tese (Pós-Doutorado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. D. **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

PAULO, Diego M.D. Leonel Brizola e a defesa da democracia: um estudo de O Panfleto (1963-1964). **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 374-387, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Aos trancos e barrancos**: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.

_____. Nossa herança política. In: MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. D. (Orgs.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. **Golpe e exílio**. Brasília: UNB, 2010.

RYFF, Raul. **O fazendeiro Jango no governo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SAFATLE, Vladimir. Não se submeter. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05/04/2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2019/04/nao-se-submeter.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **1964: O governo João Goulart**. 32'43'', 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYytaJ-yOQQ&t=1386s&index=3&list=LLPc_2X_A_liOWybXFUiyDwQ>. Acesso em: 01 jan. 2019.

SANTOS, Theotônio Dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. La teoría de la dependencia: un balance histórico. In: LÓPEZ SEGRERAS, Francisco. **El reto de la globalización**: ensayos em homenaje a Theotonio dos Santos. Caracas: CRESALC-UNESCO, 1998.

SCHILLING, Paulo R. **Como se coloca a direita no poder**: os protagonistas. São Paulo: Global, 1979.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRE, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, C. N. (Orgs.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas: UNICAMP, 1997.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**: de Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2008.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal panfleto e a construção do brizolismo**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

TENDLER, Sílvio. Jango. **Youtube**, 1984. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SaU6pIBv9f4>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro De. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Collor: a cocaína dos pobres**: a nova cara da direita. São Paulo: Icone, 1989.

_____. **A jangada do sul**: Getúlio, Jango e Brizola. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

_____. **Depois de Leonel Brizola**. São Paulo: Caros Amigos, 2008.

VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. São Paulo: Globo, 1995.